

O ENSINO FORMAL EM UM ESPAÇO INFORMAL DE INTERLOCUÇÃO

ANA ZANDWAIS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O Aires dos ares bons
Aires da Mata
da linguagem e do machado que não mata
mas desbasta e aparelha
a fina palavra
diamantina
palavra certa....

Carlos Drummond de Andrade (Estado de Minas, 24.02.1989)

ABSTRACT: In this article we discuss on subjects concerning uses of language published in a newspaper, during the years 1930-40, through dialogues among Aires da Mata Machado Filho, linguist, philologist and master at the Academy of Minas Gerais, and the people, excluded from the university but not absent for reflecting about contradictions that appear in different situations where theoretical knowledges do not answer many questions involving real uses of language and creating, by this way, challenges that must be solved by formal teaching.

RESUMO: Discutimos, neste artigo, em torno de questões relacionadas a usos da linguagem, publicadas em um jornal, durante os anos 1930-40, através de diálogos entre Aires da Mata Machado Filho, linguista, filólogo e mestre da Cátedra de Minas Gerais, e o povo, excluído da universidade, mas não ausente para refletir acerca das contradições que emergem em diferentes situações, nas quais os conhecimentos teóricos não respondem a muitos problemas envolvendo usos reais da língua e criando, deste modo, desafios que devem ser resolvidos através do ensino formal.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo refletir, a partir de um processo de interlocução entre um docente da cátedra mineira, Aires da Mata Machado Filho¹, que se coloca no lugar de enunciação do catedrático que detém saberes linguísticos e gramaticais, e os leitores da

¹ Aires da Mata Machado Filho foi docente de Língua Portuguesa e de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras em Diamantina (MG) e também ocupou a cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia e Letras, incorporada à UFMG, tendo recebido o título de Prof. Emérito da IES.

Folha e do Estado de Minas², os quais dialogam com Machado Filho acerca de dúvidas sobre empregos gramaticais e lexicais considerados corretos. O espaço intitulado “Escrever Certo”, criado na década de 1930, adquire grande relevância para o povo mineiro, não somente por oportunizar o diálogo com um representante da cátedra, mas também por tornar informal um processo de interlocução sobre questões de linguagem, na medida em que os consulentes de Machado Filho são incentivados a levantar questões em torno de polêmicas sobre o uso da língua.

1. O ACONTECIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DOS ANOS 30

Se a década de 1930 inaugura um novo contexto histórico-político, a partir do qual a classe operária passa a tornar-se protagonista nos discursos do regime Vargas³, bem como ampliam-se as instituições educacionais para o ingresso do proletariado, o modo como as diretrizes educacionais são produzidas no interior do Ministério da Educação e da Saúde Pública⁴ nos remete para um contexto de forte controle das instituições e dos programas nacionais de ensino primário e secundário.

A cátedra, por outro lado, mesmo tendo sido estatizada⁵, em grande parte, durante o governo Vargas, não estaria exposta do mesmo modo ao controle estatal, nem cumpriria a função de socializar os saberes produzidos para além de seus “muros”. Restringindo seus saberes às minorias detentoras de assentos universitários, e, em consequência, privando a classe proletária do acesso ao conhecimento formalmente elaborado, sistematizado, e que se constitui, conforme Bourdieu (1999), em um importante capital simbólico, iria somente contribuir para a manutenção “sob custódia privada” dos saberes sistematizados pelos intelectuais da Academia.

Na qualidade, portanto, de detentora de bens simbólico-científicos, e contribuindo para a sectarização do modo de produção desses bens, a cátedra não cogitou a possibilidade de criação de projetos capazes de dialogar com o povo, ou de interagir com saberes tomados como “assistemáticos”, espontâneos, enfim apreendidos nos domínios da práxis, nas interações do cotidiano. Assim, os catedráticos da área de Estudos da Linguagem, em sua grande maioria autônomos em relação aos projetos políticos e dispositivos governamentais, iriam banir para fora de seus espaços institucionais as propostas de diálogo com

² Como jornalista, Machado Filho criou no jornal ‘O Estado de Minas’ a coluna de jornalismo gramatical “Escrever Certo”, através da qual inicia uma interlocução direta com os leitores deste periódico, bem como com leitores da Folha de Minas. Cabe ressaltar também que este espaço não é aleatório, porque como catedrático, teceu publicamente inúmeras críticas ao contexto da Universidade mineira.

³ É importante destacar o fato de que a classe operária torna-se, nos discursos de Getúlio Vargas, o alvo, o centro de suas relações de interpelação, passando, de mera personagem antagonista durante a Primeira República, a protagonista de um cenário político populista.

⁴ O Ministério da Educação e da Saúde Pública foi fundado em 1930, tendo sido, através de sua fundação, criado o Plano Nacional de Educação com regimentos e mecanismos de controle da educação e do ensino no país.

⁵ Reportamo-nos ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e aos Institutos Federais de Ensino, estatizados a partir da criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública.

as camadas menos instruídas da sociedade, intervindo em tais processos somente na defesa de seu capital “sob custódia”, neste caso, o registro vernacular.

Eis porque, conforme Houaiss (1985:15), se podemos estratificar os falantes de Língua Portuguesa a partir da metáfora de uma pirâmide, é possível colocar no ápice da pirâmide as práticas teóricas de abstração, normatização e universalização da língua, incluindo neste patamar as produções científicas, lógicas, filosóficas, linguísticas, jurídicas, matemáticas, enfim, os textos que compreendem o registro escrito, produzido pela academia, valendo-se do uso formal da língua, da norma culta, e que contribuem, segundo Houaiss, para a valorização de uma língua de cultura⁶.

Na base da pirâmide, por outro lado, é enfatizada a “tópica da oralidade”, os usos coloquiais e informais da língua atribuídos aos falantes com domínios restritos do léxico e da gramática e que se diferenciam pelos níveis de escolaridade, graus de cultura, atividades profissionais, assemelhando-se, entretanto, por seu “desaparelhamento” lexical e gramatical. São estes, enfim, os que, desconhecendo os dispositivos que tornam a língua objeto do conhecimento, um objeto abstrato e teórico, conforme Henry (1992), tornam-se os indesejados, os excluídos do diálogo com a Universidade, porquanto podem falar da prática, mas não da teoria como meio de sustentação da primeira.

Pode-se observar, por outro lado, que se os sentidos daquilo que se torna real, a partir das formas através das quais os indivíduos se estratificam econômica, social e culturalmente, “sustentam” a permanência dos interesses acadêmicos no ápice da “pirâmide”, o fato de que o que é da ordem do conhecimento teórico possa suplantar o vivido, a heterogeneidade do que é experienciado na sociedade, instaura um contexto artificial que cobra dos sujeitos conhecimentos que “não valem” para a vida, porque sendo abstratos não estão sujeitos à práxis, não estão sujeitos a dúvidas e nem admitem a possibilidade do erro como parte de um processo de construção de hipóteses reais acerca do funcionamento, neste caso, da língua.

Deste modo, ao desvalorizar os conhecimentos intuitivos, adquiridos por força do uso, constituídos em virtude de necessidades concretas, a Universidade não somente trabalha com a língua como um objeto idealizado, irreal, mas também (des)identifica uma determinada parcela de sujeitos como se eles fossem abstratos, redutíveis a um conjunto matemático “vazio”, e, portanto, destituídos de relevância para a sociedade.

Todavia, o mito da “equidade linguística”, sendo determinante, sobretudo em um momento histórico em que são construídas as bases identitárias da “unidade nacional”, retrata o fato de que uma sociedade estratificada econômica, social e culturalmente, não pode querer sobreviver às custas de uma concepção de nação que toma como um de seus paradigmas centrais o princípio da unidade da língua.

⁶ Segundo Houaiss (1983) são denominadas línguas de cultura aquelas que possuem, além dos fins de comunicação e expressão, um inventário lexical e gramatical amplo e universal que responde não somente às necessidades de seus usuários, mas também às necessidades de formalização, pesquisa, criação e avanço terminológico. Cabe, por outro lado, observar que a própria noção de língua de cultura, enquanto um sistema simbólico estruturado que estabelece o padrão já consagrado de registro para seus usuários, compreende, na sua definição, um “estrato ideológico” que favorece às condições de produção/reprodução de relações desiguais entre os falantes de uma língua.

No seio, portanto, dessa contradição entre representar o povo brasileiro como “um só povo e uma só língua,”⁷ e estratificar esse mesmo povo pelo tipo de registro empregado, é que a realidade se mostra sem fantasias e sem concessões, já que para o mesmo povo valem regras diferentes: o “monolinguismo” para identificar a “norma” culta, a variação dominante, constituindo um paradigma forjado, e a heteroglossia, expressa através do modo como se estratificam os diferentes registros, para identificar os falantes divididos no interior de uma mesma língua, o *volksgeist* (o espírito do povo).

Desta forma, quando cultura e processos de socialização de bens simbólicos não convergem, ferem-se os princípios que deveriam regular os Estados democráticos⁸. Por outro lado, as ações consideradas fundamentais para as políticas de emancipação dos grupos alijados de determinados bens simbólicos acabam adquirindo uma relevância muito maior do que teriam em contextos onde a cultura torna-se imprescindível à democracia.

É, pois, por este viés que Aires da Mata Machado Filho se destaca, em um contexto de alienação, na medida em que, enquanto catedrático de Língua Portuguesa e jornalista, institui na imprensa um espaço informal para dialogar com todos os segmentos do povo mineiro, ainda que a partir do lugar de enunciação do catedrático que sabe o que é esperado: que ele prescreva acerca do funcionamento do vernáculo com base na norma gramatical, isto é, no substrato abstrato e formal da língua.

Buscando, por outro lado, tornar orgânico um papel que a cátedra não tem interesse em desempenhar, Machado Filho passa a representar a imagem do intelectual que dialoga com aqueles que estão fora dos muros da universidade, mas que nem por isso deixam de estar atentos tanto a questões gramaticais e lexicais que suscitam polêmicas em torno dos usos da língua, como às situações concretas em que determinados usos desafiam a norma.

2. O PROCESSO DE INTERLOCUÇÃO: ESPAÇOS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO

Se as línguas, conforme Guimarães (2006:13), não se constituem em objetos abstratos, mas sim em objetos históricos, estando necessariamente relacionadas aos seus usuários, às formas como estes se dividem pelos modos como mobilizam a sua língua e se estratificam na sociedade, em diferentes épocas, é preciso considerar que ao falarem de determinados espaços sociais já historicamente legitimados, ou, ao contrário, marginalizados, excluídos, e ao ocuparem determinados lugares de enunciação⁹ nesses espaços, os sujeitos “atestam

⁷ Fazemos referência ao conteúdo dos discursos de Vargas, através dos quais ele define a “unidade nacional” pela unidade do pensamento e da língua.

⁸ Reportamo-nos ao Estado democrático, conforme Spinoza (1994), como aquele em que todos os que têm cidadania possuem o direito de sufrágio, de representatividade, de acesso aos cargos públicos e aos bens simbólicos produzidos pelo país, podendo reclamar os direitos que não lhe forem concedidos, conforme a Constituição nacional.

⁹ Ao tratarmos com a noção de lugar de enunciação temos o objetivo de caracterizar o fato de que se o sujeito pode se apresentar como efeito de um processo de dispersão no discurso e na história, conforme Foucault (2000), pode também ocupar diferentes lugares de enunciação, estando dividido pelas próprias relações contraditórias dos lugares a partir dos quais enuncia, já que falar de um lugar de enunciação implica recortar a ordem do real por prismas que não são os mesmos, mobilizar diferentes registros, dividir-se hierarquicamente em lugares de dizer desiguais (falar como catedrático, como jornalista, como homem do povo, etc...).

suas formas identitárias de pertencimento” (históricas, culturais, religiosas) em relação ao modo e aos lugares dos quais falam. Assim, a metáfora da divisão no interior de uma pirâmide, conforme Houaiss (1983), representa não somente o estatuto e a condição hegemônica de determinados registros (escrito, oral, científico, coloquial, popular...) em detrimento de outros, caracterizando os “padrões normativos” a partir dos quais se estratificam os lugares sociais, institucionais de onde falam/se dividem os sujeitos, mas também as próprias condições de sectarização destes nas relações de produção.

Ao colocar-se no, assim, lugar de enunciação do docente de Filologia e Língua Portuguesa e não do jornalista, no espaço da imprensa mineira, em um regime de governo em que o povo é interpelado a representar-se como “protagonista da história”, Machado Filho precisa lidar com as contradições oriundas de um regime de governo de feição populista e de uma Academia que não dialoga com o povo, e isso inclui também a apropriação do “Idioma Nacional”, enquanto discurso padronizado pelas gramáticas nesse momento histórico.

É, portanto, em meio a esse conjunto de contradições que Machado Filho responde em sua coluna “Escrever Certo” a todo tipo de questionamento linguístico que lhe é feito, quer através de cartas, ou de telefonemas dirigidos à redação do jornal. E o faz, embasando-se em leituras de diferentes autores de gramáticas, com vistas a dar sustentação lógica a seus argumentos. Por outro lado, mesmo buscando sustentar este lugar de enunciação, fundamentando suas respostas em estudos gramaticais de autores renomados tais como Said Ali¹⁰, Ernesto Carneiro Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira, não está isento dos desafios que lhe são feitos em relação aos pontos de confronto entre conhecimentos gramaticais e “forças de uso” da língua, os quais possibilitam a elaboração de problemas nem sempre sistematizados pelos domínios das gramáticas.

Desta forma, o processo de interlocução a que nos remetemos, e que foi publicado, posteriormente, em um manual de Língua Portuguesa (1953) intitulado “A Correção da Frase” consiste de um diálogo entre Machado Filho e os leitores da *Folha de Minas*, Rosalba Figueiredo, Antonio Barbosa Cunha e J. Severino em torno de possíveis formas de emprego do modo infinitivo. Buscamos, através deste espaço de interlocução entre Machado Filho e os leitores, caracterizar as condições que se instauram para que o primeiro assumia tanto vários lugares de enunciação como diferentes posições, a partir das questões que lhe são formuladas.

A primeira interlocutora, Rosalba Figueiredo, está preocupada em confirmar o uso não flexionado do verbo em um enunciado institucional. O segundo, Antonio Barbosa Cunha, está igualmente preocupado com o uso correto do infinitivo, porém questiona em que circunstâncias se poderia flexioná-lo. Já o terceiro retira de vários números do jornal diferentes trechos de textos produzidos pelo escritor Eduardo Frieiro,¹¹ cuja construção se

¹⁰ É importante salientar que Said Ali, Eduardo Carlos Pereira e Ernesto Carneiro Ribeiro são gramáticos que privilegiam reflexões filológicas e semânticas, destacando-se em um cenário linguístico onde são tratadas questões primordialmente morfológicas e sintáticas em detrimento das demais.

¹¹ Eduardo Frieiro foi Professor da Cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, Professor da Cátedra de Literatura Espanhola da UFMG, diretor da Biblioteca Pública de Minas Gerais e escritor, membro da Academia Mineira de Letras. Como escritor publicou vários romances, dentre eles: “O mameluco Boaventura” (1930), “O cabo das tormentas” (1936), “Como era Gonzaga?” (1950) e “Feijão, angu e couve”, onde Frieiro faz uma análise sociológica e histórica das formas de polidez à mesa e dos alimentos predominantes na culinária brasileira.

produz na forma do infinitivo pessoal. Este último processo de interlocução, segundo nosso ponto de vista, parece ser fundamental para colocar em jogo o papel da norma, porque: a) os escritos de E. Frieiro contrariam determinados preceitos gramaticais; b) um considerável número de estudos reduzem o modo infinitivo à forma de infinitivo e passam a caracterizá-lo pela invariabilidade; c) os escritos de E. Frieiro constituem-se em um objeto de desafio para o discurso acadêmico, e já que o consulente não faz parte do mundo letrado, ele os toma com o objetivo de averiguar o grau de sustentação da própria Academia diante do que se poderia qualificar como a “força de uso da língua.”

2.1. O Espaço de Interlocução com os Leitores: o funcionamento da glosa como indicador dos modos de divisão dos sujeitos em relação às perspectivas assumidas.

É importante ressaltar que o funcionamento desse novo espaço de interlocução, pautado por questionamentos, a partir da necessidade de uso da língua ou de observações sobre incongruências advindas de relações entre a norma e o uso, e pela busca de respostas fundamentadas em conhecimentos já legitimados por gramáticos e filólogos consagrados, coloca em xeque não somente o modo como os sujeitos se relacionam com o conhecimento linguístico, mas também a forma como tais conhecimentos são avaliados pelos sujeitos. E é precisamente o modo como tais avaliações são produzidas nos diálogos, nos questionamentos, através de glosas¹² que se mesclam tanto aos questionamentos como às respostas, que nos possibilita caracterizar como os sujeitos que se colocam no lugar de enunciação de consulente de um catedrático com o qual dialogam, são afetados pelo tipo de relação que mantém com a língua¹³ e como este, tendo em vista as posições que seus interlocutores assumem diante da gramática, como objeto teórico, se dispersa nas relações de contradição entre a língua, tomada como o objeto do conhecimento, e as condições reais de funcionamento desta.

Passemos, então, aos questionamentos.

O primeiro questionamento, que vem de Rosalba Figueiredo, de Divinópolis, apresenta duas versões de um mesmo enunciado com o objetivo de confirmar se o referido enunciado precisa ter verbo na forma de infinitivo ou deve ser flexionado, conforme destacamos a seguir: a) *Convidamos V. excia. e exma. família para assistir à entrega de diplomas.* b) *Convidamos V. excia. e exma. Família para assistirem a entrega de diplomas.*

É importante dar destaque à glosa feita pela leitora *Não é certamente por meu gosto que repito isso todos os anos, nesta mesma época, (ibid., p.57)*, na medida em que esta glosa nos permite caracterizar a posição que ela assume em relação ao papel da norma.

Não se trata de uma perspectiva de alguém que está interessado em refletir sobre o funcionamento do modo infinitivo, de dar sustentação às suas condições de uso, mas

¹² Entendemos a glosa, a partir de Authier-Revuz (1998), como uma modalidade híbrida de caráter avaliativo (apreciação, comentário, explicação, reformulação) e que na materialidade linguística pode ser apresentada através de: substituição lexical, hipônimos, aposto oracional, expressões adverbiais, os quais apontam para determinadas posições assumidas pela enunciação.

¹³ É importante ressaltar que os lugares de enunciação, estando inscritos em espaços sociais contraditórios, e refletindo diferentes relações de identificação entre o sujeito e a língua, são também lugares de divisão do sujeito.

simplesmente de certificar-se sobre o seu emprego correto para fins de ratificação das regras que normatizam as condições de uso do modo infinitivo. O questionamento de Rosalba, deste modo, coloca para Machado Filho apenas a obrigação de responder à leitora qual a regra correta, independentemente de toda e qualquer questão que uma regra possa suscitar. Aqui, a glosa, conforme Authier-Revuz (1998:29), enquanto um dizer que se “volta sobre si mesmo”, não se constitui por um distanciamento em relação ao interlocutor, nem pela discordância em relação aos sentidos postulados pela gramática, mas, ao contrário, configura-se como uma forma de reproduzir, de forma passiva, o que já está cristalizado como norma, sem questionar qualquer possibilidade de variação da mesma. Deste modo, a avaliação “Não é certamente por meu gosto que repito...” nos possibilita caracterizar o grau de alienação, de desinteresse da consulente em relação ao funcionamento da língua.

O segundo questionamento, que vem de Antonio Barbosa Cunha, de Belo Horizonte, *através do enunciado* (id.,p.56) *O desconto de 4% foi concedido condicionalmente aos sacados, que no-lo solicitaram, alegando só nesta data terem recebido a mercadoria*, levanta dúvidas em torno das situações que determinam a flexão da forma de infinitivo.

Torna-se importante salientar que, neste caso, o consulente, tendo percebido que o modo infinitivo pode ser flexionado no uso corrente da língua, sob formas bem mais “frequentes” do que propõe a gramática, busca um entendimento das possíveis circunstâncias em que ocorre a flexão.

Este tipo de questionamento, portanto, instaura uma outra modalidade de relação do sujeito¹⁴ com a língua e de diálogo com o consultor, impondo-lhe a necessidade de refletir em torno do modo de como as regras da gramática podem variar.

É na busca de argumentos para sustentar a flexão de infinitivo que as glosas emergem, sobretudo, na resposta de Machado Filho. Ao analisar as razões pelas quais o modo infinitivo se flexiona ou não, Machado Filho não somente coloca-se em diferentes lugares de enunciação, mas assume posições distintas.

Vejamos como se dá esse processo.

a)Em um primeiro momento, coloca-se no lugar de enunciação do gramático e enfatiza o papel da norma, através do modo como apreende e define a condição do verbo no infinitivo, e como admite a possibilidade da flexão, conforme ilustramos a seguir.

*Forma nominal do verbo é o infinitivo naturalmente inflexionável.*¹⁵ *Nossa língua dispõe de recursos para personalizá-lo, toda vez que isto for necessário para a clareza ou harmonia da frase. Os casos líquidos logo ressaltam. Mas vê-se logo que nas locuções verbais a flexão não é permissível.*(*ibid.*,p.57)

b)Em um segundo momento, ao colocar-se no lugar de enunciação de docente, assume uma posição de que a regra deve ser entendida como opcional, em virtude da subjetividade

¹⁴ Queremos pontuar, aqui, que os modos através dos quais os consulentes se relacionam com a língua, refletindo a seu respeito, é que determinam as condições em que se legitimam as diferentes posições com as quais se identificam como sujeitos que produzem/re-produzem conhecimentos.

¹⁵ Os grifos propõem a colocação em destaque de uma posição normativista.

a qual o enunciado está submetido. Passa a associar, assim, o emprego da flexão à necessidade de dar ênfase ao sujeito.

Terá lugar quando o infinitivo independente seja apto para ter sujeito próprio diferente do sujeito do verbo principal, ou mesmo igual a ele. Tal aptidão para sujeito próprio, não importa obrigação de patentear-lo, antes condiciona sempre a necessidade ou desnecessidade a vantagem ou desvantagem de lhe dar relevo, sensível na flexão verbal.(id.,p.57)

c) Por fim, coloca-se no lugar de enunciação de crítico do discurso pedagógico e dos livros didáticos, conforme demonstra o recorte abaixo.

Raríssimos escreverão, por exemplo “podemos, pois, dizermos”. Digo raríssimos, porque já tive a fortuna de topar com esta beleza em um livro didático.

É preciso colocar em destaque também o fato de que são as próprias necessidades impostas pelos questionamentos dos consulentes que remetem Machado Filho à condição de desdobrar-se sobre si mesmo, de assumir diferentes posições acerca do funcionamento da língua, de fragmentar-se em seu próprio discurso. Deste modo, ao assumir a posição de normativista, ele dá destaque à possibilidade flexão de um modo que deveria caracterizar-se pela invariabilidade, em virtude da necessidade de clareza, para fins de dirimir toda e qualquer ambiguidade da frase.

Ao assumir, por outro lado, a posição do docente que enfatiza a relação entre a permeabilidade da regra e questões de subjetividade, o faz, focalizando a língua, não de forma abstrata, encarcerada na gramática, mas por um viés distinto, o viés do observador capaz de colocar em confronto as “vicissitudes” da norma e as reais condições de uso da língua.

Ao colocar-se, logo após, no lugar de enunciação do crítico do discurso pedagógico, assume uma posição contraditória àquela do espaço institucional que representa, abrindo uma brecha para mostrar que as relações entre os docentes e a língua podem ser tão “desaparelhadas” quanto as dos que desconhecem as normas gramaticais. Trata-se, aqui, portanto, de uma glosa que marca não somente a discordância de Machado Filho em relação aos sentidos propostos pelo discurso pedagógico, mas que também o pauperiza.

Por fim, o terceiro e mais complexo questionamento para o consultor é o de J. Severino, que retira da Folha de Minas recortes de textos de Eduardo Frieiro, visando a problematizar a flexão de infinitivo, indevidamente utilizada pelo escritor, segundo o leitor. Deste modo, ao questionar os saberes linguísticos de Frieiro, J. Severino passa a identificar-se com um lugar de enunciação que poderia ser ocupado por um gramático ou um representante da cátedra, desafiando Machado Filho a se posicionar diante daquilo que seria, desde a posição do normativista, uma prática de “subversão das normas gramaticais.”

Reproduzimos os questionamentos de algumas glosas de J. Severino com o objetivo de ilustrar nossos comentários:

Venho colocar sob as suas vistas os seguintes trechos destacados da FOLHA DE MINAS edições de 28.11.37 e 25.12.37, respectivamente:

1. *Carecemos de espaço suficiente para tratarmos de cada um em particular.* (Ed. Frieiro)
2. *Só os artistas...podem viver solitários sem caírem*¹⁶ no “egoísmo ingênuo e maníaco” que restringe a existência do homem vulgar e o conduz ao aniquilamento. (Ed. Frieiro)

Glosas

Para mim, Sr. Mata Machado, aí estão dois legítimos casos de infinitivo impessoal preposicional. Não havendo distância entre a forma regente e a forma regida, bastante para justificar o plural enfático, eu teria escrito: “Carecemos de espaço suficiente para tratar de cada um em particular.” “Só os artistas podem viver solitários sem cair no egoísmo.” (id.,p.58)

A julgar pelos preceitos gramaticais em voga, esta teria sido a concordância preferida por um Ernesto Carneiro Ribeiro ou um Eduardo Carlos Pereira. E penso, deste modo, no pressuposto de que o Sr. Frieiro não esteja tentando generalizar o sistema do infinito conversível do dr. Maximino Maciel... Se formos por esse caminho, até o Camões estará certo com o seu “E folgarás de veres a polícia.”

O que eu quero, por obséquio do Sr. Mata Machado, é um esclarecimento sobre os ditames gramaticais do Sr. Frieiro ao perpetrar aqueles infinitivos pessoais, pessoalíssimos: estará ele escalamocando (sic) a língua portuguesa ou zombando da gramática? (id.,p.59)

É importante observar, através das glosas formuladas por J. Severino, a posição conservadora e intransigente que este consulente assume em relação à invariabilidade das regras gramaticais. Assim, ao propor as correções que faz aos enunciados do escritor Eduardo Frieiro, os quais são tomados como incorretos, como “subversores do vernáculo”, J. Severino explicita sua discordância no que diz respeito ao próprio modo de produção de escrita de Frieiro. E o faz, recorrendo à “intangibilidade da norma”, através de uma falsa suposição de que a posição contrária à variabilidade da flexão de infinitivo seria também assumida por gramáticos como Ernesto Carneiro Ribeiro ou Eduardo Carlos Pereira.¹⁷ Deste modo, é assumindo o lugar de enunciação do normativista que não somente se coloca como um guardião do vernáculo, mas que também diz conhecer os ensinamentos de renomados gramáticos, a fim de criticar os intelectuais “infratores da norma”, que J. Severino desafia Machado Filho.

Cabe, por outro lado, observar que a rigidez de J. Severino advém de sua compreensão acerca de língua, de sua posição assumida em relação ao próprio modo de tratamento desta, que, para ele, deve ser estudada como um sistema estático e imune a todo tipo de intervenção de ordem social, enfim como um corpus abstrato, desvinculado da história e dos acontecimentos que transformam as próprias regras gramaticais. É desde essa posição, portanto, que, para J. Severino, E. Frieiro estaria “ou escalamocando a língua portuguesa ou zombando da gramática.”

¹⁶ Os grifos colocam em destaque as construções no infinitivo flexionado.

¹⁷ Cabe enfatizar que a suposição do consulente é falsa, já que na Grammatica Histórica (1915: 514), Eduardo Carlos Pereira não somente admite o infinitivo pessoal, como também reflete sobre a origem da flexão pessoal do modo infinitivo, justificando seu emprego como um dos recursos de subjetivação do modo verbal, neste caso, predominantemente utilizado para fins de desambiguar o sentido das frases.

Se as glosas de J. Severino remetem, assim, para um lugar de enunciação do gramático que entende o objeto linguístico como sendo abstrato e governado pelas forças de imutabilidade¹⁸, as glosas produzidas por Machado Filho, por outro lado, colocam em perspectiva uma outra posição favorável à criatividade linguística do escritor mineiro, e que atesta, na prática, o modo como os sujeitos se dividem em relação à língua, e como o olhar sobre a contradição torna-se fundamental para que se possa compreender essa relação orgânica de divisão dos sujeitos, conforme demonstramos a seguir.

2.2. Invertendo as Posições: quando o consultor busca desinvestir o consulente de seus “dogmas” gramaticais

A fim de que possamos investigar as posições assumidas por Machado Filho, observemos as avaliações que este faz em torno dos comentários de J. Severino.

Glosas

Sobre os ditames gramaticais de Eduardo Frieiro nenhum esclarecimento preciso oferecer. Quem o lê sabe que se trata de um escritor policiado e de bom gosto, que tem em muito a vernaculidade da expressão. A mim seu estilo satisfaz cabalmente, e poucos escritores contemporâneos haverá que o igualem na excelência da linguagem e na qualidade do estilo. (id., p59)

Nos dois casos apresentados, importa distinguir. Ponhamos logo a primeira frase fora de combate. Aqui houve exagero evidente. “Carecemos de espaço suficiente para tratar” é o que deve ser.

Vejamos agora a segunda. Não é a distância entre a forma regente e a forma regida que pode justificar o plural enfático. Uma coisa é a flexão ocasionada pelo afastamento, outra é a resultante do reforço intencional. Ninguém pode negar a quem escreveu aquilo a faculdade de exprimir, com a flexão do infinitivo, o realce da idéia expressa pelo verbo cair. Acresce o maior relevo expressional desse infinitivo em cotejo com o verbo viver.

Convém agora por lado a lado a frase de Eduardo Frieiro e um lugar idêntico de Alexandre Herculano, o qual foi escolhido entre muitos autores diferentes: “Só os artistas...podem viver solitários sem caírem no egoísmo ingênuo e maníaco que restringe a existência do homem vulgar e o conduz ao aniquilamento.”(E.Frieiro) “... devem buscar-se, unificar-se, completar-se até irem depois da morte formar uma só existência.” (A. Herculano – Eurico, 281, apud Said Ali – “Dificuldades da Língua Portuguesa” p.109)

Evidentemente não haveria erro em empregar o infinitivo sem flexão. Ela, porém, certamente aqui corresponde a uma necessidade expressional. E por que não? “No emprego do infinitivo enfático como na ênfase em geral, deve-se levar em conta a intenção, o elemento subjetivo, e neste ponto o gramático, não podendo colaborar no pensamento do autor, fica impossibilitado de decretar leis.” (Said Ali – “Dificuldades da Língua Portuguesa” – p.110)

¹⁸ É importante que se observe que essa não seria a posição de Ernesto Carneiro Ribeiro ou de Eduardo Carlos Pereira.

Conforme podemos observar, a fim de refutar a visão estática de língua do consulente, Machado Filho, enquanto consultor, desdobra-se, falando como homem das Letras: da língua e da literatura. Assim, se o estilo de Frieiro “não agrada ao gramático”, responde às exigências do padrão vernacular literário.

Já na primeira glosa, Machado Filho distancia-se da posição assumida pelo interlocutor, com os argumentos de que E. Frieiro não é somente um escritor de bom gosto, policiado, mas que também atende aos imperativos da vernaculidade. Deste modo, se J. Severino entende a flexão de infinitivo como uma prática linguística não-vernacular, Machado Filho define as formas de expressão de Frieiro como sendo superiores e de elevada qualidade estilística.

É preciso observar, entretanto, que as posições assumidas por Machado Filho não estão subjugadas à sua condição de “autoridade linguística”, uma vez que ele concorda com o consulente sobre o exagero da construção “Carecemos de espaço suficiente para tratarmos...”, de modo a colocar em relevo sua posição sobre o segundo enunciado: “Só os artistas podem viver solitários sem café...”, a fim de contrariar o dogmatismo de J. Severino, que, referindo-se, de forma falaciosa, às posições de Ernesto Carneiro Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira sobre a variabilidade/invariabilidade de flexão do infinitivo, acaba incorporando às suas questões a autoridade do gramático.

Desta forma, se a posição forjada, pois inconsistente, de J. Severino se impõe, é preciso trazer à baila outras autoridades como Said Ali, e Alexandre Herculano, citado por Said Ali, a fim de contestar o consultor. E Machado Filho o faz, através de uma analogia entre as construções de Herculano e Frieiro, a fim de sustentar os princípios de que: a) a flexão de infinitivo já é uma herança de grandes escritores lusitanos; b) o emprego da flexão está, sobretudo, condicionado à subjetividade implicada nos enunciados; c) a gramática torna-se impotente para decretar normas relacionadas à condição subjetiva dos escritores.

Cabe, por fim, então, colocar em destaque o fato de que, mesmo intitulado sua coluna de “Escrever Certo”, Machado Filho inaugura na *Folha de Minas* um espaço de interlocução aberto e, ao mesmo tempo, democrático, já que ao invés de “apoiar-se em normas da gramática” para sustentar sua autoridade em relação às condições de uso da língua, não se deixa “capturar” nem por uma única concepção de língua, nem pelo dogmatismo dos consulentes que o desafiam em seu cotidiano de trabalho. Assim, ao responder de forma sucinta a interlocutores que somente questionam a correção da regra, ao ilustrar as condições de variação da regra, e também ao revidar aos desafios que lhe são feitos em torno das contradições entre norma e uso da língua, Machado Filho não somente desdobra-se, dispersa-se em muitos outros, mas também abre um espaço para tratar, conforme Rancière (1996), do desentendimento, isto é, tratar a língua de forma heterogênea, a fim de que aqueles que assumem posições divergentes em torno das questões que ela suscita tenham vez e voz no diálogo proposto pela Coluna “Escrever Certo”, concretizando, em última instância, práticas de interlocução que fogem à realidade do universo acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da Unicamp.
- BAKHTIN, M. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec.
- BOURDIEU, P. (2000). *Intelectuales, política y poder*. Trad. Alicia Gutiérrez. Madrid: Eudeba.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. C. (1956). *Serões gramaticais*. Salvador: Livraria Progresso.
- FOUCAULT, M. (2000). *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRIEIRO, E. (1982). *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (2006). Espaço de enunciação e políticas de línguas no Brasil. *Mosaico de linguagens*. OLIVEIRA, S. E., SANTOS, J. F. (orgs.). Campinas: Pontes, p.11-28.
- HENRY, P. (1992). *A ferramenta imperfeita. Língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Ed. da Unicamp.
- HOUAISS, A. (1983). *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1985). *O Português no Brasil*. Pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Unibrade, Centro de Cultura.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. (1947). *Em busca do termo próprio*. Rio de Janeiro: Agir.
- _____. (1953). *A correção na frase*. Rio de Janeiro: Simões.
- PEREIRA, E. C. (1915). *Grammatica Histórica*. São Paulo: Nacional.
- RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento. Política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34.
- SAID ALI, M. (1964). *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. Brasília: Ed. da UNB.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE. (1942). Decreto-Lei nº 4244 In: Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Educacional.
- SERRANI, S. M. (1993). *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- SPINOZA, B. (1994). *Tratado político*. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone.
- WEFFORT, F. (1980). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ZANDWAIS, A. (2007). Os planos nacionais de educação dos governos Vargas e FHC: um contraponto entre saberes sobre educação e ensino de língua materna. In: *Ensino e aprendizagem de línguas*. CAZARIN, Erclia, RASIA, Gesualda S. (orgs.), Ijuí: Ed. Unijuí.
- _____. (2008). O discurso superestrutural sobre a proteção da língua no Brasil. In: *Práticas discursivas e identitárias*. MITMANN, Solange et al. (orgs.), Porto Alegre: Nova Prova.